

UE alerta Moçambique para considerar impactos climáticos dos grandes projetos

24 de Setembro, 2015

O chefe da delegação da União Europeia (UE) em Maputo, Sven Burgsdorff, defendeu hoje que Moçambique precisa considerar os efeitos dos grandes projetos como forma de evitar “impactos climáticos dramáticos” no futuro.

“Moçambique precisa, na conceção dos grandes projetos, na construção de estradas e na exploração florestal, considerar os impactos climáticos que estas medidas podem ter no futuro”, disse Sven Burgsdorff, falando à margem de um “workshop” sobre as alterações climáticas e os desafios de Moçambique no quadro da 21.ª Conferência do Clima (COP21), que se realiza de 30 de novembro a 11 de dezembro, em Paris.

Destacando a localização geográfica de Moçambique, na costa da África Austral, Sven Burgsdorff disse que o país precisa ajustar as metas a serem assumidas na COP21 à realidade local, adotando um sistema de vigilância mais coeso e privilegiando a retirada de pessoas que ainda vivem em zonas de riscos.

“É verdade que não se pode esperar a mesma capacidade de atuação da Alemanha e de Moçambique, por exemplo”, afirmou o chefe da delegação da UE, acrescentando que, embora Moçambique seja um país que polui menos, o facto de ser ciclicamente afetado por calamidades obriga-o a ter maior atenção às metas da COP21.

A conferência tem como principal objetivo elaborar um novo acordo para reduzir a emissão de gases de efeito estufa, diminuindo o aquecimento global.

“Se não conseguimos atingir os nossos objetivos dentro da data prevista, as implicações climáticas serão dramáticas e toda a população que vive nas costas no mundo, incluindo em Moçambique, terá de sair dos seus locais”, declarou Sven Burgsdorff.

Também Telma Manjate, do Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, enalteceu a importância do cumprimento das metas do COP21, assinalando que a questão climática é uma prioridade no quadro dos planos de desenvolvimento para o país.

“Moçambique é vulnerável para as mudanças climáticas e nós temos a adaptação como prioridade”, afirmou Telma Manjate, acrescentando que o Governo tem a noção da importância deste novo acordo, mas o país precisa de mais apoio financeiro para a implementação dos projetos de combate às calamidades. “Os países com alto nível de poluição, que são os mais desenvolvidos, devem dar-nos espaço para nós nos industrializarmos, apoiando-nos financeira e tecnologicamente, através de planos que não danifiquem o meio ambiente”,

declarou.